Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (orgs.). São Paulo: Ed. Alameda, 2012. 429 p.

Cauê Campos*

O livro *Políticas e classes sociais no Brasil dos anos 2000* é uma coletânea de artigos produzidos no Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) da UNICAMP pelo grupo de pesquisa "Neoliberalismo e relações de classe no Brasil" com o objetivo de analisar a política brasileira no período neoliberal, focando na década de 2000 e no Governo Lula (2003-2010). Porém, não se analisa a política como algo separado da sociedade, mas vinculada aos interesses de classes e à estrutura social brasileira, confrontando o entorno da atividade e das instituições políticas. Apesar dos diversos objetos tratados nos artigos, o livro unifica-se na base teórica, a saber: o desenvolvimento do conceito marxista de fração de classe e bloco no poder de Nico Poulantzas.

Os três primeiros artigos tratam sobre a burguesia e a implementação do neoliberalismo no Brasil nos governos Collor, FHC e Lula; já os seis seguintes, versam sobre as resistências ao neoliberalismo colocadas em prática pelas frações das classes trabalhadoras: a classe média, o trabalhador sindicalizado e a massa marginal. Por se tratar de uma resenha de curto alcance trataremos dos artigos por blocos.

O primeiro bloco é composto por textos que buscam entender como ocorreu a introdução do neoliberalismo no Brasil, ou seja, a quais frações de classe da burguesia interessava reformas no sentido de desregulamentar o mercado de trabalho, privatizar empresas estatais

* Mestrando em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: cauecampos@uol.com.br

e diminuir o tamanho do Estado. Entende-se o neoliberalismo como uma ofensiva das classes dominantes contra as classes subalternas, ou seja, estas reformas visavam restaurar com força máxima o poder da burguesia sobre o trabalho em favor, principalmente, do capital financeiro.

Portanto, os autores desenvolvem em seus artigos análises de momentos-chave da aplicação do neoliberalismo. Danilo Martusscelli analisa a crise gerada pelo início da implementação do modelo neoliberal na década de 1990, focando no movimento "Fora Collor". Já Armando Boito Jr., faz uma análise da assim chamada frente neodesenvolvimentista, a qual representaria o "desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal periférico" (p. 69), isto é, o autor começa a perceber readequações na ordem neoliberal e argumenta que essas transformações estariam ocorrendo em virtude da realocação das frações de classe no bloco no poder. Para ele, principalmente durante o governo PSDB, a fração de classe hegemônica no bloco no poder era o grande capital financeiro, já com a chegada do PT ao poder estaria ocorrendo uma inversão e a fração da burguesia nacional estaria se hegemonizando. Nesta perspectiva, de readequação do modelo econômico, Sávio Cavalcante aborda o processo de privatização do sistema de telecomunicação brasileiro e a transformação da Oi em uma "campeã nacional" através da política de incentivo do BNDES promovida pelo Governo Lula.

Sobre o bloco de artigos que tratam das resistências das classes subalternas ao neoliberalismo, o dividiremos em três grupos menores. O primeiro é composto pelo artigo de Ana Elisa Corrêa e Santiane Arias, no qual as autoras buscam analisar a relação entre o altermundialismo ("movimento por outra globalização") e a composição de classe de alguns movimentos, os casos estudados são o Fórum Social Mundial (FSM) e a Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio ao Cidadão (ATTAC). A principal contribuição dessas autoras é demonstrar a possível conexão entre a recusa dos movimentos em

elaborar um programa político unitário e a sua composição de classe, majoritariamente de classe média.

O segundo grupo deste bloco é composto pelos artigos de Andréia Galvão e Paula Marcelino, nos quais se trabalha com as resistências da classe trabalhadora "tradicional", aquela que se organiza em sindicatos e centrais sindicais. Galvão se preocupa com a reconfiguração das centrais sindicais ocorrida durante os governos do PT, já Marcelino dá maior atenção para a ação sindical reivindicativa dos trabalhadores terceirizados da construção civil da Refinaria de Paulínia. Mas ambas as autoras têm como objetivo principal entender a influência da estrutura sindical brasileira, atrelada ao Estado, na prática sindical.

Por fim, no último grupo estão os artigos de Carolina Filho e Davisson Souza e Francini Hirata e Nathalia Oliveira, os quais estão preocupados com as formas de resistência daquele setor que sofre as piores consequências do neoliberalismo, como é o caso dos desempregados estruturais, trabalhadores informais e os trabalhadores que não possuem nem casa própria nem condições de pagar aluguel. Os autores denominaram este setor de massa marginal. O artigo de Filho e Souza trata da relação entre o Movimento dos Trabalhadores Desempregados e quatro centrais sindicais (CUT, Força Sindical, Conlutas e Intersindical), indicando que nenhuma delas possui uma política real de sindicalização ou organização dos desempregados.

Já o texto de Hirata e Oliveira, aborda três movimentos sem-teto da Grande São Paulo – Movimento de Moradia do Centro (MMC), Movimento Sem-teto do Centro (MSTC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) – relacionando-os com os programas habitacionais implementados e com sua atuação dentro das instâncias do Estado. Conclui-se que os dois movimentos que participaram de conselhos municipais de políticas públicas tiveram sua atuação arrefecida. Já aquele que não participou, o MTST, continua realizando ocupações e mobilizações, o que levou as autoras a se questionarem sobre os limites e o alcance da luta dentro do aparelho de Estado.

Para concluir, podemos perceber que o conjunto da obra deste grupo de pesquisa cumpre importante papel no entendimento das relações entre classes e frações de classe no Brasil da década de 2000, correlacionando a implantação do neoliberalismo no país às formas de resistência das classes subalternas. Este esforço de entendimento faz-se cada vez mais importante após as Jornadas de Junho, mesmo que os autores tenham escrito antes dos acontecimentos de 2013, momento em que os limites dos governos petistas passam a ser mais nítidos e revela-se a impossibilidade de se governar para "gregos e troianos". As reflexões presentes nos artigos também nos ajuda a entender as próprias manifestações. A dificuldade, por exemplo, do movimento operário organizado em sindicatos de entrar em cena pode estar ligada ao atrelamento da estrutura sindical brasileira ao Estado. Ou mesmo, entendermos o fato percebido por Corrêa e Arias como um prelúdio da dificuldade em se elaborar uma pauta única entre os movimentos ocorridos no segundo semestre de 2013, principalmente de juventude.